15/10/75

Mendes Nunes - República

TL2446

CIDAC
Centro de Documentação

GRITO PARA UM COMBATE POR TIMOR

Para que comece o que não começámos: um combate por Timor. Aqui e já. Um combate entre vários, uma frente entre frentes: anti-neocolonialista, anti-fascista e anti-imperialista, na base anti-capitalista que caracteriza a fase actual da luta do povo português pelo socialismo.

Em jogo uma formação social, enquadrada em quase 15 mil Km², movida por cerca de 620 mil pessoas; mais de 4 séculos de caricatura colonial e um ano e meio de intensa luta de classes.

Deixaremos para outras ocasiões o tratamento de um e outro período para nos centrarmos sobre os acontecimentos que dominam a cena política timorense da actualidade, registando, sempre que possível, as equações formuladas pelos diversos protagonistas, especialmente as acções empreendidas pelo militarismo indonésio, verdadeiro alter-ego permanente da "política de descolonização" portuguesa.

Recordemos que a extrema urgência do problema-Timor é-nos revelada pela súbita alteração da conjuntura político-militar conduzida na noite de 10 para 11 de Agosto pela ex-federalista (do spinolismo, lembram-se?) UDT. Após o regresso de uma missão das suas cúpulas pela Indonésia, é declarada no dia 8 uma greve de funcionários públicos que vai servir como pedra de toque experimental para o controle de Díli. As bases de apoio (reduzidas) daquele movimento ficam em pé de guerra. Longe, muito longe já, das miragens assentes na manutenção da "nossa presença multi-secular" (1) que o Ministro Almeida Santos tanto aspirava, e animava, como desenlace da "descolonização" em Timor.

A contabilidade da UDT era simples e foi mais ou menos formulada (verbalmente) da seguinte maneira: "o Governo de Marce-

lo Caetano dava-nos alguns milhares de contos que mantinham o equilíbrio financeiro. Em Lisboa, encontra-se actualmente no poder um governo de esquerda que, naturalmente, segue uma linha oposta à nossa pois somos anti-comunistas, somos de direita. Esse governo não estará muito interessado em financiar a nossa economia. ~~E mesmo que o estivesse nunca atingiria valores de considerar pois os investimentos~~ já planeados com o Japão, a Formosa, a Austrália, a Malásia, a Tailândia e outros países atingem somas que ultrapassam vários anos de contribuições portuguesas. A Indonésia está de acordo. Teremos de agir já antes que a FRETILIN tenha tempo de o impedir."

A acção imediata teve como objectivos militares a ocupação do aeródromo, da central telefónica e da Rádio Marconi e do quartel da PSP comandada pelo tenente-coronel Maggioli Gouveia, desde há muito ao serviço da UDT e que acaba por deitar fora os galões do Exército Português e ser preso, mais tarde, em sequência dos levantamentos pró-FRETILIN (Frente Revolucionária do Timor Leste Independente) empreendidos pelos soldados timores das unidades militares de Díli. A rábula do golpe era de aparente hábil construção: a UDT chamava à unidade todas as forças anti-comunistas (APODETI - pró-indonésio -, ala dita moderada da FRETILIN e Partidos Monárquico e Trabalhista) para a formação de uma frente e um governo de "salvação" (também lá!) e proclamação da independência.

ANTECEDENTES

Um observador minimamente informado ficaria ~~abismado~~ perturbado com esta surpreendente viragem. O partido do spinolismo federalista [ataviado por falta de cobertura, após o 28 de Setembro, com roupagens emancipalistas, fortemente apoiado pela administração portuguesa e pelo então Ministro da Coordenação Interterritorial Almeida Santos na sua triunfal "peregrinação", em fins

de Outubro, pela Austrália, Indonésia e Timor) é tacticamente um asno. Após a chegada do Governo Lemos Pires, em meados de Novembro, novo ajustamento. Uma equipa que, logo em princípios de Dezembro atacava frontalmente afirmações produzidas por Almeida Santos na ONU, e se pronunciava pelo regresso do padre Roxo, expulso pelo Ministro aquando da tal "peregrinação", assustava incautos aprendizes de feiticeiros, anos e anos empoleirados de policialismo ANP, clientela colonial e reguladores. No jogo das aparências, acaba (a UDT) por celebrar, em Janeiro de 1975, com a FRETILIN um pacto cuja resultante política é claramente progressista encimada por uma matriz patriótica de unidade nacional contra o inimigo estratégico da independência de Timor — a Indonésia, apêndice do imperialismo na área. Tal pacto, para além do seu valor intrínseco, era a resposta adequada à chantagem do fascismo indonésio, exemplificada, na altura, pela concentração de tropas dita em trabalhos de reparação e construção de estradas dirigidas para Timor-Leste.

Isolado e sem base social de apoio, o seu agente directo (APODETI), emanação do consulado indonésio de Díli, para quase nada serve além da prática de provocações tendentes a criar desestabilização que abra caminho à agressão. Mas os custos políticos da invasão eram elevadíssimos e o governo indonésio pôde ~~testa~~ testá-los com fácil rigor chegando ao extremo limite de pôr em movimento no seu país uma intensa acção de propaganda que a justificava.

O FASCISMO INDONÉSIO

No entanto, uma vasta crise social acentua-se em todo o território. Tensões centrífugas agudizam-se nas ilhas Molucas e na nova Guiné Ocidental; em Bornéu e Samatra mantêm-se focos guerrilheiros emergentes da chacina de 1965; finalmente em Java, centro de atenção do colonizador holandês e, após a indepen-

dência, do imperialismo americano, constitui-se uma metrópole que estabelece com os povos das ilhas periféricas relações de tipo neo-colonial.

Talvez não esteja presente na consciência dos leitores o que representou o ano de 1965 para os indonésios e para o mundo. Falamos no terror da Junta de Pinochet no Chile e temos esquecido (e é imperdoável que Timor não o venha lembrar) o que foi praticado pela de Suharto. 500 mil, um milhão de mortos em massa? O cálculo nesse será exacto. O sangue corria em bica na ilha de Bali e nas de Samatra e Bornéu alcançar a mata equatorial era o passaporte para a vida. Desencadeado a ferro e fogo pelas necessidades de acumulação acelerada de capital, desenvolvimento desenfreado das forças produtivas e extensão da dominação do modo de produção capitalista a ilhas e povos ainda não eficazmente introduzidos na sua órbita, o regime militar indonésio tem-se defrontado com sucessivos obstáculos à consecução das metas para que se tinha movido.

A CAMINHO DA CAMEIRA DE MACAU

O que julgávamos ter sido a partir de Novembro de 1974, com Lemos Pires, o abandono da linha de capitulação perante o dragão indonésio, veio a ser contradito pelo comportamento posterior do Governo Português. Uma burguesia a demitir-se, por desinteresse de classe, da dominação neo-colonial de Timor entrega-a àquela que se encontra mais apetrechada para a exercer.

Mas, por alturas de Janeiro e Fevereiro, tudo parecia indicar que, com base na coligação FRETILIN-UDT e numa necessária ofensiva político-diplomática interessando activamente todos os países anti-colonialistas e anti-imperialistas, as manobras indonésias seriam remetidas a completo isolamento. Tal não aconteceu, porém, e, salvo erro, em fins de Março ouvíamos do Governador Lemos Pires

"a pretensão e a esperança de associar a APODETI ao esquema de construção de uma plataforma para a independência chamando-a à cooperação com os dois partidos da coligação". No seu regresso a Timor passa por Djacarta onde, por sua vez, deambulam com grande aparato publicitário dirigentes da UDT. Era tempo para as grandes decisões. Lemos Pires dera o mote em Lisboa; em Djacarta seria o pontapé de saída. A APODETI, que em tempos da coligação ia tratando Lemos Pires de comunista p'ra cima, vai vestir a farda que lhe for entregue após a mudança de táctica concertada entre Lisboa e Djacarta. Aplicar uma máscara emancipalista à APODETI não era fácil mas não o tinham, outrora, feito com sucesso o mesmo à UNITA e à FNLA - Mobutu e desastradamente à GUMO ? e à FLING ?

Os Ministérios da Coordenação Interterritorial e dos Negócios Estrangeiros tinham, pois, coisas para Timor; algo que se iria passar em Macau. Mas um pormenor estava para sobrevir: aproveitando um conflito pontual entre bases da FRETILIN e da UDT este último movimento rompe unilateralmente a coligação e sem qualquer pré-aviso. Vítor Alves, embaixador itinerante, vai chegar. Para encontrar modificações substanciais no projecto Lemos Pires: a APODETI já não se defrontaria com uma coligação. A situação mudara o suficiente para que os desígnios indonésios se concretizassem: no imediato, chamar a si a UDT, possivelmente para inverter o esquema de coligação anteriormente existente.

A cimeira de Macau tem um preço. O projecto de Lemos Pires tem exactamente o mesmo preço: a FRETILIN e a coligação contra a ameaça estrangeira. O que não era realizável sem a APODETI passa a sê-lo sem a FRETILIN. A ingerência estrangeira é consagrada. O verdadeiro preço de toda esta mascarada: a independência de Timor.

APÓS A CIMEIRA DE MACAU

De Junho a 10 de Agosto, os acontecimentos evoluem sem notícias de cartaz. Atacando frontalmente a pretensão da inferência indonésia, a FRETILIN aceita o princípio da presença portuguesa até 1978. Que levaria a UDT a precipitar-se? Uma reavaliação da correlação das forças no quadro da aplicação dos quesitos resultantes da cimeira Portugal-UDT-APODETI? Receio do crescente energia do movimento de massas enquadrado pela FRETILIN? Não sabemos. E levantamos uma hipótese: não seria tal cimeira um puro bluff destinado a provocar o afastamento da FRETILIN? A hipótese é mais que verosímil pois, tal como no Alvor, o afrontamento entre os diversos interesses de classe não tinha solução num compromisso que apenas vinha, aparentemente, lavar as mãos a um Governo que não distingue agentes do imperialismo de movimentos organizados dos interesses do povo.

De qualquer maneira, os acordos aí estão para quem quiser limpar-se neles. Não deixa de ser irónico para o Governo Português que a sempre benquista e apadrinhada UDT, assinante nº 1 do que aconteceu em Macau o venha tão apressadamente violar. Que Almeida Santos seja assim "traído", ele que tanto pugnou pela salvaguarda da "presença portuguesa" (...) onde por mandato de cinco séculos tem assistido" (1) ainda o é mais. E que esse mesmo tão ~~por~~ lucidado movimento apareça hoje, sem máscaras na retórica, a perfilhar a integração na Indonésia, atinge as margens superlativas do tolerável... à ironia.

EM TORNO DO GOLPE DA UDT

Não sabemos se o golpe militar da UDT previu de maduro pensamento, porém fracassado na aplicação, ou se se tratou de mero rastilho destinado a provocar uma confrontação em cadeia tendente a dar cobertura ao envolvimento gradual do agressor indonésio. Ou-

tras hipóteses podem ser invocadas se atendermos à pura expressão de um acto de força que em dado momento reivindica ao Governo Português, a par da entrega imediata do poder, a prisão dos dirigentes da FRETILIN. Mas as exigências ao Governo Português caem em saco roto já que desde Agosto do ano passado se processava uma política de desmobilização de efectivos civis e militares que atingia, no que respeita a estes últimos, cerca de 90%. De facto, as forças armadas portuguesas deixaram de constituir um dissuasor minimamente apetrechado contra qualquer acção de força, o que obviamente vinha fazer deslocar o prato da balança para outras bandas... A demissão portuguesa de constituir-se autêntico interlocutor para uma independência total e completa é objectivamente solidária com o golpe militar da UDT e com a ingerência política e militar da Indonésia nos assuntos internos de Timor-Leste. A fuga, para Atauro, de Leste-Timorenses e de uma parte dos efectivos ainda colocados no território é um puro atestado de alpo que vínhamos conhecendo desde que a descolonização chegou a Timor. A advertência do 1º ministro australiano Whitlam tem o sabor de uma admoestação dirigida a colegiais mal comportados e irresponsáveis.

Entretanto, 10 dias após o golpe da UDT, as unidades militares de Díli sublevam-se iniciando imediata contestação do domínio daquele movimento em Díli. Baucau, 2ª localidade do país e sede do único aeroporto internacional, é organizada com mão de ferro pelo respectivo administrador do Concelho, César Mouzinho, ex-presidente da Câmara Municipal de Díli e dirigente da ANP; em Lospalos, principal centro da planáltica zona leste, é o comandante da companhia, capitão do Exército Português, que assegura o controle da zona e a ligação com a estratégica vila de Baucau. Noutros locais também desenham-se diversas acções visando a definição de áreas de controle por parte dos dois movimentos confrontados. De Díli a Maubisse

e depois a Same define-se clara hegemonia da Frente Revolucionária, especialmente apoiada em Aileu, onde de há muito estabelecera o seu reduto inexpugnável. Desta área que corta o coração montanhoso da ilha desenvolve acções contra-ofensivas em direcção a Baucau e a Liquiçá, redutos que vão caindo, e finalmente até à zona fronteiriça com o enclave e posterior afastamento das forças da UDT de Batugadé, estratégica povoação portuária à entrada da fértil planície de Maliana e via provável de entrada das forças indonésias de intervenção. Em princípios de Setembro já não há guerra em Timor. A FRETILIN detém controle absoluto do país, enquanto as desbaratadas forças da UDT estão sediadas no Timor indonésio. Da APODETI não há sinais nas confrontações o que diz bem do verdadeiro carácter desta organização e ... da sua base de apoio. A derrota da reacção neo-colonialista é total.

O Governador Lemos Pires estabelece-se, como dissemos, na ilha de Ataúro onde simbolisa um poder "apenas nominal" como reconhecia Almeida Santos (2). Poder "apenas nominal" que, apesar disso, existe para servir determinados objectivos reduzidos mas essenciais não vão reconhecimento do domínio FRETILIN do país (domínio que a FRELIMO e o PAIGC acabaram por impôr) mas à ressurreição de uma direita que, apesar de contestada formalmente pela FRETILIN, teve afinal como coveiros os seus subscritores. O Ministro diz: "é certo que a Fretilin não assinou esse acordo. Mas assinámo-lo nós. E as assinaturas obrigam. Os princípios também" (2). Assinaturas e princípios apostas lado a lado com quem de tal se desobrigou. A razão e o direito de um povo são assim miseravelmente torpedeadas numa birra de assinaturas e princípios feitos em cinzas pelos seus próprios autores. Diz ainda o Ministro: "Se a Indonésia quisesse intervir militarmente em Timor, já o tinha feito. Os mais altos responsáveis indonésios, a começar pelo próprio presidente Suharto, têm

afirmado e reafirmado o suficiente para termos por certo que não constam dos seus propósitos intervenções violentas" (2). Com esta equação, os alemães não teriam invadido a Europa, Johnsson não teria mandado ~~~~ bombardear o Vietnam do Norte e o próprio Suharto não teria dirigido um golpe em 1965 nem sequer pintado de sangue mártir as suas proezas. É natural que Almeida Santos assim (não) pense. Para ele, não existe intervenção ~~~~ quando se mantêm aprisionados em território indonésio 22 militares portugueses, ou quando dele partem incursões da UDT e da APODETI (ou de seus próprios militares, quem os vai distinguir?), ou quando entre Díli e Atauro instagia uma esquadra da Marinha indonésia em flagrante violação das águas territoriais. Possivelmente, quando Adelino Gomes lhe apresentar um filme onde helicópteros indonésios são vedeta nos céus de Timor, ou quando a FRETILIN lhe apresentar militares daquele país aprisionados, Almeida Santos falará da sinceridade de Suharto, da cortesia de Malik, da amizade de Muntopo. Não tinha, afinal, a Indonésia, perdão a UDT e a APODETI, assinado o acordo de Macau?

TUDO ISTO TEM A SÓRDIDA MARCA DO IMPERIALISMO

O povo timor, povo maubere, tem pela frente dias maus. Os seus direitos fundamentais esmagados durante mais de 4 séculos pelo colonialismo português estão novamente ameaçados após um mês e meio de luminosa experiência na independência. A agressão indonésia começou há muito e está pronta para o extermínio. O povo timor está praticamente só para enfrentar o monstro indonésio (Apenas a República Popular de Moçambique, por intermédio de Joaquim Chissano, ousou falar em seu nome na ONU) e está ~~~~ para vencer ou morrer.

Toda esta armadilha estendida ao povo maubere tem a sórdida marca da capitulação / colaboração com o imperialismo. Timor,

Açores, Madeira, Angola e S. Tomé e Príncipe são exemplos para um exemplo chamado Portugal. O que fizeste em Timor estás a fazer em Portugal.

Lá, em Timor, é a voz de uma sabedoria de esqueletos ambulantes amamentados por suculentas rações de fome que vai falar para a História como povo mesmo que 1965 volte a crepitar em rajadas de extermínio.

Aqui, em Portugal, deverá erguer-se a voz solidária combatente de um povo que reconhece no de Timor o mesmo ~~combate~~ objectivo, os mesmos inimigos.

(1) "A Voz de Timor" de 25 de Outubro de 1974
(2) "Diário de Notícias" de 22 de Setembro de 1975

15 de Outubro de 1975

Ernesto Areia